

Moçambique: uma visão sobre o contexto sociocultural, político e econômico no século XXI

Neto Artur Pampão¹

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0001-2583-7662>

RESUMO: Este artigo visa refletir sobre o contexto sociocultural, político e econômico de Moçambique no século XXI. Optou-se por uma metodologia de abordagem qualitativa e quantitativa inspirada no caráter de estudo bibliográfico e documental do qual compreendeu-se que o conflito armado entre o Governo de Moçambique e o maior partido de oposição (RENAMO) teve o seu fim a 6 de Agosto de 2019 mediante a assinatura de acordo de Paz e Reconciliação Nacional pelo Presidente da República de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi, e o líder da RENAMO, Ossufo Momade. Esta reconciliação deu-se depois de dois acordos antecedentes sobre a mesma matéria que não surtiram efeitos satisfatórios. O país possui uma grande potencialidade consubstanciada na posse de vasta extensão territorial, no controle do canal de Moçambique, na existência de portos, bacias hidroelétricas, riquezas do solo, a diversidade cultural e linguística, etc, não obstante, enfrenta vulnerabilidades motivadas por maior índice de analfabetismo, catástrofes naturais, terrorismo na zona norte e crescimento demográfico elevado. As vulnerabilidades traduzem-se em dependência externa, limitados recursos, pobreza, doenças endêmicas e infecciosas-contagiosas, corrupção, etc. Esta situação impõe ao país a ser classificado como um dos países mais pobre do mundo. O terrorismo já vitimou cerca de 1.460.055 deslocados e mais de 2.000 mortes humanas, sendo que as manifestações traduzem-se em decapitação, exploração e escravização sexual, raptos, extorsão, casamentos forçados, pilhagens de bens e produtos, de bancos e dos agentes econômicos, da população, incêndios a casas, imposições de ideologia islâmica radical, intimidações e ameaças à morte, entre outras práticas.

PALAVRAS-CHAVE: Contexto Sociocultural; Cultura; Guerra Civil; Terrorismo; Vulnerabilidades.

¹ Doutorando em Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Católica de Moçambique (UCM), Faculdade de Ciências Sociais e Políticas, em Quelimane. É Mestre em Administração Pública pela mesma universidade e Licenciado em Administração e Gestão da Educação pela Universidade Pedagógica de Moçambique. Conta com mais de duas décadas de experiência no sector público moçambicano, no Serviço Nacional Penitenciário, exercendo funções na área da administração e gestão financeira. Ao longo da sua trajectória profissional, tem participado em processos de fortalecimento da gestão administrativa e financeira, implementação de reformas institucionais e promoção de práticas de boa governação. Os seus interesses de investigação e profissionais centram-se na articulação entre a experiência adquirida no sector público e a produção de conhecimento científico orientado para a governação, o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento das instituições. E-mail: netopampao@gmail.com

Mozambique: tarisa mamiro emagariro, ezvematongerwo enyika uye ehupfumi muzana ramakore re21

ABSTRACT

Ichi chinyorwa chine chinangwa chekufungisisa nezvemagariro, ezvematongerwo enyika uye ehupfumi mamiro eMozambique muzana ramakore re21. Nzira yehutano uye yehuwandu yakasarudzwa, yakafuridzirwa nemhando yezvinyorwa zvebhaibheri uye zvinyorwa, izvo zvakanzwisiswa kuti mhirizhonga yezvombo pakati pehurumende yeMozambique nebato guru rinopikisa (RENAMO) yakapera musi wa 6 Nyamavhuvhu. 2019 kuburikidza nekusaina chibvumirano cheRunyararo neNyika neMutungamiriri weRepublic of Mozambique, Filipe Jacinto Nyusi, uye mutungamiri weRENAMO, Ossufo Momade. Kuyananiwa uku kwakaitika mushure mezvibvumirano zviviri zvakaipfuura pamusoro penyaya imwechete iyo isina kuburitsa zvinogutsa. Nyika ine mukana wakakura wakamisiidzwa mukuve nekuwedzera kwenzvimbo, kutonga kwechiteshi cheMozambique, kuvapo kwezviteshi, mabheseni emagetsi emvura, hupfumi hwevhu, tsika nemitauro yakasiyana, nezvimwewo, zvakadaro, inotarisa nekusagadzika kunokurudzirwa nendege yepamusoro. kusagona kuverenga nekunyora, njodzi dzinongoitika dzoga, hugandanga kuchamhembe uye kukura kwehuwandu hwevanhu. Kusagadzika kunoshandura kuve kutsamira kwekunze, zviwanikwa zvisoma, hurombo, endemic uye zvirwere zvinotapukira, huori, nezvimwe. Mamiro ezvinhu aya anoda kuti nyika itariswe seimwe yenyika dzine hurombo hwakanyanya pasi rose. Hugandanga hwakatatora hupenyu hwevanhu vanosvika zviuru zviviri nemazana mana nemakumi mashanu nevashanu vakadzingwa uye kufa kwevanhu vanopfuura zviuru zviviri, nekutatidzira kuchikonzera kugurwa misoro, kubatwa zvisina kufanira uye hutapwa hwepabonde, kubiwa, kubira, kuroora kwekumanikidzwa, kupambwa kwezvinhu uye zvigadzirwa, mabhanga nevashandi vehupfumi, huwandu hwevanhu, imba. moto, kuiswa kweiyo radical Islamic ideology, kutyisidzira uye kutyisidzira nerufu, pakati pemamwe maitiro.

MASHOKO - ANOKOSHA

Mamiro emagariro evanhu, Tsika, Hondo yeVanhu, Ugandanga, Kusagadzika.

Introdução

O século XXI, empreendeu uma nova dinâmica ao mundo, sobretudo aos países africanos onde Moçambique não é exceção. É consentâneo afirmar que a nova dinâmica imposta ao mundo consubstancia-se à adversos fatores como catástrofes naturais; doenças endêmicas; terrorismo; guerra civil, tráfico de drogas e órgãos humanos, etc.

O estudo prende-se a compreender o contexto sociocultural, político e econômico de Moçambique no século XXI, partindo da questão: Qual é contexto sociocultural, político e econômico de Moçambique no século XXI? É

sem dúvidas que a resposta provê da descrição geográfica, demográfica, cultural e dos recursos naturais, também a narrativa histórica, discussão da eclosão do terrorismo, e a identificação das potencialidades e vulnerabilidades do país, portanto, o autor reconhece a impossibilidade metódica de captar todas dimensões do tema em abordagem.

O trabalho, optou por uma abordagem metodológica de pesquisa qualitativa e quantitativa inspirada nas bases de pesquisa bibliográfica e documental que segundo Gil (2002) a diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes, este autor realça ainda que a pesquisa bibliográfica usa-se basicamente das contribuições de diversos autores num determinado assunto, por sua vez a pesquisa documental apropria-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Nesta ordem de ideia a materialização deste estudo contou com leitura de livros, artigos científicos e documentos que constam nas referências, o que permitiu ao autor familiarizar-se com a problemática em estudo, e ainda com a mesma metodologia buscou habilidades para as discussões constantes neste texto.

1. Contexto sociocultural, político e económico de Moçambique

1.1. Geografia

Moçambique é um país localizado na Costa Oriental de África, possui uma área de 799.380 km², donde 13.000 km² são de águas interiores, que estende-se entre-os-rios Rovuma (paralelo 10º 27' S) e Maputo (paralelo 26º 52' S) e os meridianos 30º 12' e 40º 51' latitude Leste. A extensão da fronteira terrestre é de 4.330 km e é delimitada a Norte com a Tanzânia, a Ocidente com o Malawi, a Zâmbia, o Zimbabué, a África do Sul (Província do Transval) e o Reino da Suazilândia atual Essuatíni e a Sul com a África do Sul (Província do Natal), a leste, a secção do Oceano Índico designada por Canal de Moçambique [CESO CI Portugal, 2011; Portal de Governo de Moçambique, 2015, Julho].

As águas territoriais de Moçambique contadas a partir da linha de base, vão até às 12 milhas marítimas e as águas jurisdicionais compreendem 200 milhas, também faz parte do seu território o conjunto alargado de ilhas, das quais se podem destacar, pelo seu interesse histórico e turístico, nomeadamente: o arquipélago das Quirimbas no qual se inclui a ilha do Ibo; a

ilha de Moçambique; Património Cultural da Humanidade; a Ilha de Angoche, o arquipélago de Bazaruto que inclui as ilhas do Bazaruto, Santa Carolina, Benguéra, Magaruque e Bangué, as ilhas da Inhaca, dos Elefantes e da Xefina na baía de Maputo (CESO CI Portugal, 2011).

Chichango (2009) destaca que a localização de Moçambique na orla do Oceano Índico onde as águas jurisdicionais estendem-se pelo Canal do país, que é uma das fundamentais rotas de tráfego marítimo internacional mercê às linhas de comunicação aéreo - ferro - portuárias e rodoviárias, e a relação dos países do *hinterland* ao mundo conferem ao país uma posição geoestratégica privilegiada, nesta ordem de ideia, CESO CI Portugal (2011) revela que a importante Costa Índica com 2.515 km é uma plataforma fundamental de internacionalização dos vizinhos do interior do Continente Africano e, em particular, da África do Sul, alavancando interessantes oportunidades de negócios.

1.2. Recursos naturais

Em Moçambique existe uma abundância de recursos naturais e minerais, como o gás natural e o carvão, extensos recursos hídricos, florestais e faunísticos além de 36 milhões de hectares de terra arável dos quais apenas 6 milhões estão sendo cultivados, ou seja cerca de 16%. Importa referir que dos 3.3 milhões de hectares de terra potencial para irrigação apenas 50 mil destes estão sendo usados para estes propósitos. Ainda não menos importante, cerca de 12 milhões de hectares são classificados como pastagens naturais. As florestas cobrem uma área de 46.4 milhões de hectares, sendo 20 milhões de florestas produtivas e 8.8 milhões de hectares áreas de conservação (FAO & INE, cit. em Cesar et al., 2020).

Dias (2018) considera que Moçambique é atualmente palco de descobertas e da exploração de recursos minerais e energéticos, especialmente para jazidas de gás natural e petróleo, a que vêm juntar-se as de carvão mineral, impulsionando o crescimento econômico do país.

1.3. Demografia

1.3.1. Número e composição da população (idade, sexo)

No último censo realizado em 2017, Moçambique registou um total de **27 909 798** habitantes, não obstante, com os dados obtidos afirma-se que o

país possui duas províncias mais populosas, Nampula e Zambézia (Instituto Nacional de Estatística, 2019).

A análise dos dados colhidos do censo referido anteriormente, impera-nos a saber que o número maior da população Moçambicana está concentrada nas faixas etárias das idades inferiores, o que faz nos entender que nos próximos anos haverá uma tendência de crescimento demográfico de forma muito acentuada. Relativamente ao género entende-se que 14 113 444 corresponde ao número da população Moçambicana do sexo feminino, portanto, superior ao do sexo masculino registado em 13 008 778 (Idem).

1.3.2. Dinâmica de Crescimento populacional

A dinâmica demográfica em Moçambique é caracterizada por um crescimento elevado conforme ilustra a tabela seguinte:

Tabela nº 1: População recenseada e ajustada em Moçambique (1960 - 2017)

Ano de censo	População (em milhares)		Taxa de omissão%
	Recenseada	Ajustada	
1960	6004	7595	13,3
1970	8169	9408	13,4
1980	11674	12130	3,8
1997	15278	16099	5,1
2007	20252	20632	2,1
2017	26 899	27 910	3,7

Fonte: Elaboração própria com base em Arnaldo & Muanamoha (2014) e, Instituto Nacional de Estatística (2019).

O elevado crescimento demográfico em Moçambique, deve-se a permanência de uma fecundidade elevada e uma contínua diminuição da mortalidade, isso, coloca grandes desafios ao país pela elevada procura dos serviços básicos (Educação, Saúde e Emprego) [Arnaldo & Muanamoha, 2014]. É nesta perspectiva que estes analistas recomendam a necessidade de incremento de políticas ou programas que visam influenciar a redução dos níveis de fecundidade sobretudo nas zonas rurais onde os níveis estão muito elevados.

1.3.3. Nível de formação

Moçambique regista uma elevada taxa de analfabetismo, pois, o Censo de 2017 estimou que, os cidadãos moçambicanos da faixa etária com idade igual ou superior a 15 anos, 39% não sabe ler nem escrever, sendo que, a

maior incidência desta qualificação recai nas mulheres e é justificada com a pobreza e por sua vez, esta situação tem impacto significativo na educação das crianças, dado que, maioritariamente tem sido as mulheres a assumirem essa responsabilidade, portanto, no âmbito da implementação dos programas do desenvolvimento sustentável, espera-se reduzir a taxa à 23% até 2030 (Instituto Nacional de Estatística, 2019; PEE 2020-2029, 2020; José, 2021).

1.4. Cultura

O Estado Moçambique é caracterizado por uma diversidade cultural, expandida no seu vasto território e expressa de diferentes formas, tal como definido por certos autores a título de exemplo Hugon (2015, p. 45) que define a Cultura como sendo “um conjunto de valores, de ideias, de técnicas que dão sentido a vida e a morte, e através dos quais o homem domina a natureza”. Este autor, defende ainda que a cultura “é um conjunto de modelos de identidade comuns, de significações simbólicas e de aspirações”, a linguagem, as técnicas, a arte, as crenças religiosas, as instituições, a organização económica, política e social definem uma civilização.

A Sociedade Moçambicana, procurou afirmar-se como pólo cultural com intervenções marcantes, de nível internacional, nas áreas da arquitetura, pintura, música, literatura e poesia, desporto como consequência disto existem nomes além fronteira como Malangatana, Mia Couto, José Craveirinha, Lurdes Mutola entre outros. Importa referir que o artesanato manifesta-se em várias áreas, destacando-se as esculturas em pau-preto dos Macondes no Norte de Moçambique (Embaixada de Moçambique, 2011; Portal do Governo de Moçambique, 2015, Junho).

Embaixada de Moçambique (2011) considera Moçambique como sendo um mosaico cultural constituído por etnias diversificadas, distinguindo-se as seguintes a norte do Zambeze: os Suahílis, os Macuas-Lomués, os Macuas e os Ajauas; e a sul do Zambeze: os Chonas, os Angonis, os Tsongas, os Chopes e os Bitongas.

A diversidade linguística é uma das características culturais de Moçambique, sendo que o maior número da população geralmente no campo, o idioma nacional constitui a sua língua materna e, é a mais usada diariamente, portanto, as várias línguas nacionais são na sua maioria de origem dos povos bantos nomeadamente:

- **Zona norte:** Kokola, Koti, Lolo, Makhuwa, Mkhuvha Marrrevone, Makhuwa Meetto, Makhuwa Moniga, Makhuwa saka, Makhuwa Shirima, Makonde, Mwani, Ngoni, Nyanja² ou Chewa, Natthembo, Swahili e Yau;
- **Zona centro:** Barwe, Chuwabu, Dema, Lomwe, Kunda, Manyka, Ndau, Nyungue, Maindo, Sena, Shona, Tewe, Maichuwa, Manyawa, Nsenga, Phimbi, Tawara, Marenje, Manyawa, Takwane;
- **Zona sul:** Changana, Chopi, Gitonga, Ronga, Tswa, Tsonga, Swati, Suazi, Zulu, não obstante, mercê da sua colonização por Portugal, a língua oficial é o Português (Embaixada de Moçambique, 2011; Rego, 2012 cit. em Correia, 2023).

Dada a diversidade cultural e linguística que o país possui, há necessidade de não pautar-se por condutas que tendem a julgar o comportamento ou crenças de pessoas de outras culturas o que é entendido por etnocentrismo.

No que concerne a prática da religião em Moçambique refere-se que o Cristianismo - Catolicismo e Protestantismo representa-se em 30%, o Islamismo com mais abrangência no norte do país em 20% e Cultos tradicionais em 50% (Embaixada de Moçambique, 2011).

Os estudos produzidos em Moçambique no período colonial, consistiam em descrições etnográficas, estatísticas, estudos sobre questões da diplomacia portuguesa, monografias, leis e instituições coloniais, visando legitimar e dar visibilidade a presença portuguesa em Moçambique, portanto, o sistema de educação fora estruturado para reforçar a ideologia do regime (Cruz & Silva, n.d.).

Em consonância com estes autores pode-se afirmar que as universidades académicas tiveram a sua introdução nos anos 60, com a criação de uma escola superior (Universidade Eduardo Mondlane), onde os cursos de Ciências Sociais e Humanas, não eram leccionados, pois não havia lugar para estudos relativos à Sociologia, à Antropologia e às Ciências Políticas, todavia, novos desafios nos campos político, social e econômico, e a necessidade de

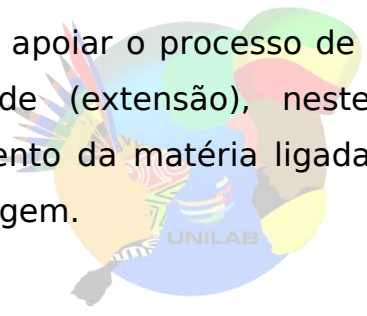
² A língua Nyanja é falada na zona norte de Moçambique nas províncias de Niassa e Nampula e na zona centro nas províncias de Zambézia e Tete.

reconstruir e dar uma nova direção à produção científica na área das Ciências Sociais apareceram com a proclamação da Independência em 1975.

Atualmente o país conta com 19 Universidades, 27 Institutos Superiores, 04 Escolas superiores, 03 Academias totalizando 53 instituições do ensino superior, sendo 22 do Estado e 31 Privadas (Portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2021).

O ranking das universidades, publicado em Fevereiro de 2024, a melhor universidade de Moçambique (Universidade Eduardo Mondlane), ocupa a posição 2076 das 14.131 do mundo, e a posição 32 das 1.104 da África” (Portal Edurank, “tradução nossa”).

A pesquisa científica em Moçambique considera-se fraca tendo em consideração o número de publicações e o número de revistas indexadas em grandes bases de dados internacionais (Matiquite, 2019). Esta situação é preocupante, conforme explica este autor, o ensino aprendizagem, a pesquisa e extensão são pilares indissociáveis nas universidades, sendo que a pesquisa é a componente central por apoiar o processo de ensino e aprendizagem, e a relação com a comunidade (extensão), neste contexto, há aqui uma necessidade de aprimoramento da matéria ligada a qualidade de ensino em todos os níveis de aprendizagem.



1.5. História do país

1.5.1. História pré - colonial

Os povos primitivos de Moçambique eram bosquímanos, caçadores e recolectores, cujo foram forçado a fugir às regiões mais pobres em recursos pelos povos bantos de hábitos guerreiros e oriundos dos Grandes Lagos aquando das grandes migrações entre os anos 200 - 300 depois de Cristo (Portal do Governo de Moçambique, 2015, Junho).

Antes da chegada dos portugueses nos finais do século XV (1498) já existiam no norte de Moçambique, duas comunidades relativamente bem organizadas (Reino do Monomotapa e os Centros Suailis) que estabeleceram entrepostos comerciais na costa para trocar produtos do interior com os árabes, fundamentalmente ouro e marfim por artigos de várias origens (Portal do Governo de Moçambique, 2015, Junho; Chichango, 2009).

De acordo com Chichango (2009) no século XVI os portugueses estabeleceram-se nesta região ora sempre considerada estratégica na rota do caminho marítimo para Índia onde fixaram fortalezas de Sofala e Ilha de Moçambique com propósito de procura de ouro no reino Monomotapa. A Embaixada de Moçambique (2011) e Portal do Governo de Moçambique (2015, Junho) enaltecem que inicialmente, os Portugueses fixaram-se no litoral onde construíram as fortalezas de Sofala em 1505 e Ilha de Moçambique (1507) e só mais tarde através de processos de conquistas militares apoiadas pelas atividades missionárias e de comerciantes, penetraram para o interior onde estabelecerem algumas feitorias como a de Sena em 1530 e Quelimane em 1544.

Nesta fase de penetração mercantil designada por fase de ouro, o propósito já não era simplesmente o controlo do escoamento do ouro, mas sim de dominar o acesso às zonas produtoras do ouro. As outras duas últimas fases são designadas por fase de marfim e de escravos uma vez que os produtos mais procurados pelo mercantilismo eram exactamente o marfim e os escravos respectivamente (Idem).

A penetração Portuguesa em Moçambique, transformou-se numa penetração militar só em 1885, com a partilha de África pelas potências europeias na Conferência de Berlim, o que levou no início do século XX a uma verdadeira Administração colonial (Chichango, 2009).

Lendo Embaixada de Moçambique, (2011); Portal do Governo de Moçambique (2015, Junho) entende-se que a ocupação colonial Portuguesa não foi pacífica, com isso, os moçambicanos impuseram sempre lutas de resistência que redundavam no fracasso devido a vários fatores, com destaque para as resistências chefiadas por Mawewe, Muzila, Ngungunhane, Komala, Kuphula, Marave, Molid-Volay e Mataka. De certa forma pode se afirmar que a chamada pacificação de Moçambique pelos portugueses só se deu no séc. XX.

1.5.2. A Luta pela Independência

O povo moçambicano foi obrigado a pegar arma para lutar pela independência devido a opressão secular e colonial fascismo português. Chichango (2009) realça que para além das várias acções de resistência ao domínio colonial, cuja última culminou com a prisão e deportação do imperador

de Gaza Ngungunhana, a fase final da Luta de Libertação de Moçambique começou com o advento das independências das colónias francesas e inglesas de África em 1959-1960.

A luta de libertação Nacional, foi dirigida pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), fundada em 1962 através da fusão de 3 movimentos constituído no exílio, nomeadamente, a UDENAMO (União Nacional Democrática de Moçambique), MANU (Mozambique African National Union) e a UNAMI (União Nacional de Moçambique Independente) [Embaixada de Moçambique, 2011; Portal do Governo de Moçambique, 2015, Junho].

Segundo Chichango (2009) o primeiro presidente da FRELIMO foi o Dr. Eduardo Chivambo Mondlane, antropólogo, na altura trabalhador da ONU e que já tinha contatos com um governante português, Adriano Moreira quando ainda pensava-se que seria possível conseguir a independência das colónias portuguesas por vias pacíficas, portanto, os contatos diplomáticos estabelecidos não resultaram e a FRELIMO decidiu entrar pela via da guerra de guerrilha para tentar forçar o governo português a aceitar a independência das suas colónias, não obstante, iniciou-se oficialmente com a luta de libertação Nacional a 25 de Setembro de 1964 no posto administrativo de Chai na província de Cabo Delgado e que veio a terminar com os Acordos de Lusaka, assinados a 7 de Setembro de 1974 entre o governo português e a FRELIMO.

O primeiro presidente da FRELIMO após a sua morte por assassinato a 3 de Fevereiro de 1969, foi sucedido por Samora Moisés Machel que proclamou a independência do país a 25 de Junho de 1975. A 19 de Outubro de 1986, o Primeiro presidente da República Samora Moisés Machel morreu num acidente aéreo em M'buzini, vizinha África do Sul e teve como sucessor Joaquim Alberto Chissano, que por sua vez foi sucedido pelo Presidente Armando Emílio Guebuza, que veio a ser sucedido pelo atual presidente Felipe Jacinto Nyusi (Portal do Governo de Moçambique, 2015, Junho).

1.5.3. A Guerra Civil

A proclamação da independência Nacional a 25 de Junho de 1975 provia colocar o país em liberdade face ao jugo colonial, pois, o lema da luta de libertação nacional era “libertar a terra e os homens”, criando com isso, condições para o nascimento de um novo relacionamento com outros Estados e a superação de necessidades dentro do seu território (Melo et al., 2022).

Moçambique viveu conflitos internos num período de 16 anos (1976 - 1992) situação que delapidou muitas vidas humanas, destruição de bens e infra-estruturas e conseqüentemente houve a imposição do desenvolvimento econômico. Segundo Chichango (2009) imediatamente a seguir à independência, instalaram-se na Rodésia do Sul, alguns militares (ou ex-militares) portugueses e dissidentes da FRELIMO, onde, aproveitando - se desta oportunidade o regime de Ian Smith, a braços com um movimento interno de resistência que era liderado pela ZANU (Zimbabwean African National Union) e pela ZAPU (Zimbabwean African People Union) que aparentemente tinham algumas das suas bases em Moçambique, aproveitou esses dissidentes para atacar o país com o pretexto de querer atacar as bases dos Zimbabueanos.

O conflito armado dirigido pela RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique), terminou a 4 de Outubro 1992 com a assinatura dos Acordos Gerais de Paz entre o Governo da FRELIMO e o partido da imposição em destaque, o que abriu o caminho para a realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994 ganhas pela FRELIMO (Portal do Governo de Moçambique, 2015, Junho). As eleições multipartidárias e Presidenciais subsequentes (1999, 2004, 2009, 2014 e 2019) não reconheceram resultados diferentes se não a vitória da FRELIMO e o seu candidato presidencial.

1.5.4. A política e desafios para construção da paz e reconciliação nacional

Em concordância com a constituição da República vigente, o regime político em Moçambique é presidencialista uma vez que o chefe de Estado é igualmente chefe do governo. Moçambique é um país democrático baseado num sistema político multipartidário com registo de 47 Partidos Políticos em 2015, a sua Constituição consagra, entre outros, o princípio da liberdade de associação e organização política dos cidadãos, o princípio da separação dos poderes legislativo, executivo e judiciário, e a realização de eleições livres (Portal do Governo, 2015,Junho). Este, está organizado territorialmente em províncias, distritos, postos administrativos, localidades e povoações; as zonas urbanas estruturadas em cidades e vilas (CRM, 2018).

Os Arts. 133 e 262 da Constituição da República (2018), estabelecem que o poder político em Moçambique é organizado em órgãos de soberania e órgãos locais do Estado, sendo que os órgãos da soberania respondem ao nível central e os órgãos locais ao nível local. Ademais, o art. 133º da mesma constituição defende que constituem órgãos da soberania o Presidente da República, a Assembleia da República, o Governo, os Tribunais e o Conselho Constitucional. Outrossim, a legislação do país privilegia uma política de Governação descentralizada que é compreendida em duas vertentes: Órgãos de governação descentralizada provincial e distrital; e as Autarquias Locais.

Na sequência do compromisso que o Estado tem para com a Paz foram realizados distintos acordos começando com o acordo Geral de Paz de Roma a 04 de Outubro de 1992, que segundo Vasco (2022) este centrou-se em três objetivos fundamentais: Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), incluindo a descentralização do poder político.

Lendo Darch (2018) percebe-se que após o acordo em referência no parágrafo anterior, houve uma incapacidade de desarmar na totalidade a RENAMO no período de 1992 a 1994, para além da implementação total da componente militar do Acordo Geral da Paz e este fator permitiu o recomeço dos conflitos armados em 2012.

O segundo foi o Acordo de Cessação das Hostilidades, assinado a 5 de Setembro de 2014 pelo Ex - Presidente da República de Moçambique, Armando Emílio Guebuza e o Ex presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama, que fez cessar temporariamente a violência armada que havia ressurgido em 2012, o que permitiu a realização das eleições gerais de Outubro de 2014 (Vasco, 2022).

Finalmente o Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, assinado a 6 de Agosto de 2019 pelo Presidente de Moçambique e presidente da FRELIMO, Filipe Nyusi, e o atual líder da RENAMO, Ossufo Momade, transformada em lei nº 11/2019 de 12 de Setembro (Lei nº 11/2019).

Este último acordo, dentre outros objetivos teve em consideração o processo de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração dos ex - guerreiros da RENAMO cujo processo culminou com um sucesso a 15 de Junho de 2023 com encerramento da 16ª e última base da RENAMO (idem).

É importante ressaltar que enquanto negociava-se e após a assinatura dos acordos de Paz e Reconciliação Nacional, um certo grupo de homens armados dissidente da RENAMO, o auto proclamada junta militar da RENAMO, liderado por Mariano Nhongo, perpetuou vários ataques na zona centro do país, onde provocou danos materiais e humanos como contestação da nova liderança do seu partido após a morte do ex líder daquela corporação Afonso Dhlakama o que veio a terminar em Outubro de 2021 com a morte do referido líder da junta militar num combate em que o grupo enfrentava as forças de defesa e segurança do país em Sofala (DW, 2021, 24 de Setembro; VOA, 2022, 26 de Fevereiro; WD, 2022, 26 de Fevereiro).

1.5.5. **Eclosão do terrorismo**

O fenômeno de terrorismo surgiu em África a partir dos anos 2000, para o caso de Moçambique, Pessuro destaca o seguinte:

em abril de 2020, o Conselho Nacional de Defesa e Segurança (CNDS) assumiu a presença de grupos terroristas em Cabo Delgado, representando uma grave ameaça à soberania e aos planos nacionais de desenvolvimento, com destaque para o gás no projeto de exploração da Bacia do Rovuma (Pessuro, 2023, p. 245).

Percebendo Chongo e Chone (n.d); Siteo (2021); Habibe, Salvador e Pereira (2019); Albuquerque, Piñon e Cardoso (2022) entende-se que os atos terroristas protagonizados pelo grupo da rede *Al-Shabaab* em Moçambique tiveram início no dia 5 de Outubro de 2017 com os ataques à Vila da Mocimboa da Praia. Sobre o surgimento deste fenómeno no país, a pesquisa da IESE afirma que:

o grupo que atacou instituições do Estado na vila de Mocimboa da Praia, a 5 de Outubro de 2017, surge na zona norte de Cabo Delgado, primeiro, como um grupo religioso e, em finais de 2015, passou a incorporar células militares. O grupo é denominado *Al-Shabaab* não só pelas comunidades locais mas também pelos seus próprios membros. As suas acções correspondem ao fundamentalismo religioso de combate à influência ocidental e de implantação radical da lei islâmica - a *sharia* e o combate aos inimigos do Islão. O nome *Al-Shabaab* significa “juventude” em árabe. (Habibe, Salvador & Pereira, 2019, p.10)

Vários fatores são apontados sobre a eclosão do ato terrorista na zona norte do país, porem, com incidência à descoberta do gás na bacia do Rovuma que motivou o Governo de Moçambique realizar contratos com as grandes petrolíferas mundiais com vista a exploração deste recurso. Este processo fez com que a zona norte do país acomodasse mais moçambicanos e estrangeiros de distintas especificidades entre, pesquisadores, cientistas, empresários, população carente, delinquentes e mais (Rodrigues, 2022).

Albuquerque, Piñon e Cardoso (2022, p. s.p) afirmam que “dentro do cenário mundial, novos actores não estatais surgem, destacando-se organizações terroristas, grupos rebeldes e organizações criminosas transnacionais, detentores de força capaz de desestabilizar Estados”

No processo de contratos da extração de gás na zona norte, possivelmente a planificação prévia observada aquando do desenho deste projecto, em particular no que concerne às matérias de defesa e segurança teve um fracasso na sua implementação, tendo assim resultado à atual situação do terror vivida naquela região do país.

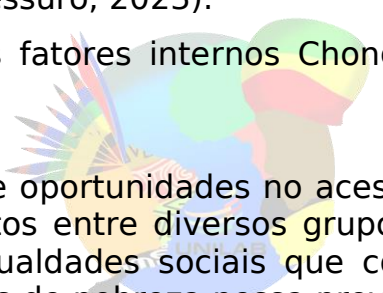
Pessuro (2023) defende que o terror prevalecente em Moçambique, motivou-se por falta da descentralização da defesa, como a história ensina, uma vez a costa é rica em recursos naturais devia ter um controle rigoroso das suas fronteiras terrestres e costeiras pelas forças de defesa e segurança.

Nos Estados estáveis poucas vezes as acções planificadas sofrem fracasso durante a sua implementação, pois o nível de dependência externa é meramente reduzido, sendo assim, a regra de cinco “P”, instituída por Tracy (2001 [2004], p. 28) “Planificação Prévia Previne Performance Pobre” tem poder, diferentemente dos estados em via de desenvolvimento como Moçambique as acções planificadas facilmente podem fracassar devido a sua maior dependência externa, contudo, ao fazer uma reflexão sobre o controlo da defesa e segurança nas fronteiras, tal como desataca Pessuro (2023) é preciso ter em conta a situação económica do país que não possibilita responder a demanda da sociedade por razões de vária ordem, o país é novo na sua concepção como estado, logo após a independência foi submetida a uma guerra civil que durou 16 anos, para além dos ataques desde 2012 que surgiram por força do desentendimento entre Governo e a RENAMO que só

conheceram o fim em 2019 conforme descrito anteriormente neste texto, como também deve assegurar as pressões externas.

Os factores exógenos que tem a ver com a eclosão do fenómeno em análise e em decorrência no país, é a perca de espaço dos terroristas em outros territórios, com isso, aproveitam-se da vulnerabilidade do território Moçambicano, sobretudo em questões de segurança e dos atributos geoestratégicas favorecidos em Cabo Delgado que permitem a continuarem com as suas ações. O segundo factor cinge-se nos conflitos de interesses, motivado pelos ricos recursos naturais da província de Cabo Delgado que atraem os interesses de corporações multilaterais ocidentais, no exemplo concreto a Total (Zona 1) da França, a “Eni” da Itália e a “ExxonMobil” (Zona 4) dos Estados Unidos de América que são alvos prioritários dos terroristas, pois, as organizações terroristas como Boko Haram, Al Qaeda, Daesh e Ahlu Sunna Wa Jama (ASWJ) procuram impedir o desenvolvimento econômico promovido por estas multinacionais (Pessuro, 2023).

No que concerne aos fatores internos Chongo e Chone (n.d) revelam que:



a falta de oportunidades no acesso a educação e emprego, os conflitos entre diversos grupos sociais, os desequilíbrios ou desigualdades sociais que contribuem para o aumento dos níveis de pobreza nessa província, são realidades que se consideram vetores que em parte, contribuíram para que a província de Cabo delegado se transformasse num terreno fértil para a disseminação da violência que tem contribuído para a sua desestabilização (Chongo & Chone, n.d. p. 64).

Na mesma linha de pensamento Siteo (2021) advoga que as políticas públicas do país mostram deficiência em sua vertente de acabar com as desigualdades, principalmente de base étnica e regional, o que legitima à instrumentalização e a sentimentos de marginalização ou privação relativa por certos grupos de interesse.

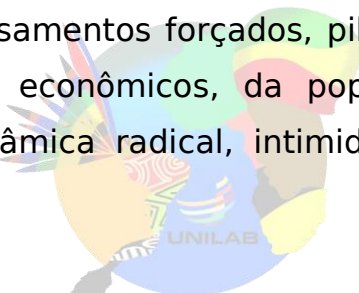
Colaborando com Pessuro (2023) os vários estudos realizados sobre a eclosão do terrorismo em Moçambique, a sua maioria apontam as vulnerabilidades locais como a razão da existência do terrorismo em Cabo Delgado, mas, a pobreza, analfabetismo, desemprego, assimetria, tanto como outros fatores que caracterizam a vulnerabilidade, não se verificam apenas nas províncias estudadas, pois são de âmbito nacional e internacional. Essas

observações são razoáveis, porém, a pobreza não pode ser a causa do terrorismo em Cabo Delgado, de forma resumida pode-se dizer que a pobreza apenas facilita a propagação deste fenómeno.

Como consequências do terrorismo em Moçambique desde a sua eclosão, revela-se haver cerca de 1.460.055 deslocados internos (Agência de Informação de Moçambique, 2024, 21 de Março) não obstante, Chongo e Chone (n.d.) afirmam a morte de cerca de 2.000 pessoas, ainda sobre a mesma problemática Ulaia (2023) estabelece que:

A região tem sido palco de uma crescente violência, o que tem gerado uma crise humanitária com mais de 800 mil pessoas deslocadas. A situação se agrava para as mulheres, que são as principais vítimas de diferentes tipos de violência, incluindo a física, sexual, psicológica e estrutural. (Ulaia, 2023, p. 463).

Sobre a mesma matéria a RTP (2024, 03, 18) realça que os actos terroristas consubstanciam-se em decapitação, exploração e escravização sexual, raptos, extorsão, casamentos forçados, pilhagens de bens e produtos, de bancos e dos agentes económicos, da população, incêndios a casas, imposições de ideologia islâmica radical, intimidações e ameaças à morte, entre outras práticas.



1.6. Potencialidades e Vulnerabilidades

Moçambique é um dos Países que consta na lista dos mais pobres do mundo, mas a que considerar que possui algumas potencialidades que uma vez bem aproveitadas podem mudar o atual cenário económico (Chichango, 2009). O índice de desenvolvimento humano (IDH) 2022 divulgado pelo programa da Nações Unidas (PNUD) destaca que Moçambique teve uma pontuação de 0,461, com isso, coloca-se na categoria de baixo desenvolvimento humano e posicionado em 183 lugar dos 191 países, estando em frente de Somália, Sudão Sul, Chade, Iemen e Serra Leoa (Agência de Informação de Moçambique, 2024, 19 de Março).

Chichango, considera os portos, o Controlo do Canal de Moçambique, a vasta extensão territorial, as hidroeléctricas, as riquezas do solo como potencialidades ou fatores de poder para o país.

Atente ao Cardona entende-se que:

A vulnerabilidade social pode ser definida como a predisposição de uma pessoa, sociedade ou grupo populacional de ser afetado ou de sofrer danos diante de uma ameaça, que pode ser resultantes de fatores econômicos e/ou ambientais aumentando sua susceptibilidade a determinado fenómeno (Cardona, 2010 cit. em Paungarten & Costa, 2021, p. 74).

Para DFID (2009) os determinantes da pobreza são semelhantes aos fatores estruturais da vulnerabilidade, este autor realça que a vulnerabilidade surge quando estas variáveis assumem estados negativos extremos, assim, considerem-se determinantes da pobreza os seguintes:

- “O nível de educação dos membros do agregado familiar,
- As fontes de rendimento e emprego, e
- Fatores demográficos, como o tamanho e a taxa de dependência do agregado familiar e o género do chefe do agregado familiar” (Maximiano et al., 2005; Fox et al. 2005, cit. em DFID, 2009, Setembro, p.8).

Conforme referiu-se anteriormente, cerca de 39% da população com idade igual ou superior a 15 anos possui baixo nível de educação, por motivos de insucesso de emprego estes dependem de uma agricultura condicionada por chuvas que por vezes são acompanhadas por ciclones ou outros catástrofes naturais, logo, nota-se que as variáveis determinantes da vulnerabilidade assumem estados negativos extremos, é com isso, DFID, (2009, Setembro) advoga que a vulnerabilidade em Moçambique é ligada às características da agricultura e às condições de vida no meio rural, uma vez que, grande parte da população deste país vive no meio rural e a sua subsistência é mais dependente da produção agrícola. Paungarte e Costa (2021), estabelecem que as variações climáticas e a condição de uma região hidrográfica localizada a jusante, convergem para um quadro de vulnerabilidade hídrica em Moçambique, esta situação contribui para que o país esteja classificada nos três países do mundo em que mais da metade da população não tem acesso a água potável.

Chichango (2009) considera os limitados recursos, a dependência externa, a pobreza, as doenças endémicas e infecciosas-contagiosas, a corrupção, o inferior índice de escolaridade como vulnerabilidades que apoquentam a sociedade Moçambique.

Ressaltar que uma parte do orçamento do Estado moçambicano depende da ajuda externa e devido a situação das “dívidas não declaradas”, este viu-se a ser condicionado a referida ajuda, tal como realça o Plano estratégico da educação 2020-2029 (2020):

Nos últimos 15 anos, a ajuda internacional apoiou, de forma muito significativa, o Orçamento do Estado (OE) moçambicano, tendo chegado a constituir mais de metade deste. Esta contribuição tem vindo, paulatinamente, a decrescer ao longo dos anos e, de forma mais acentuada, após a crise das “dívidas não declaradas” (PEE 2020-2029, 2020, p. 22).

Esta situação, exige maior responsabilidade da sociedade moçambicana, pois o mundo actual impera a observância de dinâmica com vista responder a demanda da globalização.

2. Considerações finais

Com este artigo científico compreende-se que Moçambique é um país novo na sua constituição como estado e no seu desenvolvimento depara com adversos dilemas não tão distintos à dos outros países africanos em particular os da África subsaariana, refere-se ao terrorismo; conflitos entre patrióticos; maior índice de analfabetismo; catástrofes naturais, crescimento demográfico elevado e por sua vez, estes motivam as vulnerabilidades que consubstanciam-se em dependência externa; limitados recursos; pobreza, doenças endêmicas e infecciosas-contagiosas, corrupção, etc, contribuindo assim para que Moçambique seja considerado como um dos países mais pobre do mundo.

Em contrapartida, possui uma grande potencialidade defendida por posse de uma vasta extensão territorial, existência de portos, o controle do Canal de Moçambique, as hidroelétricas, as riquezas do solo e, a diversidade cultural e linguística.

A análise dos dados colhidos relativos aos censos de 1960, 1970, 1980, 1997, 2007 e 2017, apontam que o crescimento demográfico em Moçambique é elevado, com isso, apela-se a sociedade a contornar a situação, dado que, deixando-se a ânimo leve implicará um redobrar de esforço na disponibilização de serviços básicos (Educação, Saúde, e Emprego) que hoje, ainda é um desafio.

O Estado realizou vários acordos para garantir a manutenção da Paz que hoje se vive, refere-se da paz que veio dos acordos do conflito entre “irmãos” (Governo de Moçambique e o maior partido da oposição [RENAMO]), neste contexto, é responsabilidade da sociedade moçambicana a garantia da prevalência desta Paz mediante contribuições honestas e patrióticas. Uma vez garantida a prevalência da referida paz, possibilitará ao Estado concentrar as atenções na situação decorrente na região norte do país (o terrorismo).

De forma a suprir algumas situações que apoquentam o Estado Moçambicano sugere-se o seguinte:

- O Estado continue coeso na elaboração dos seus planos a curto, médio, assim como a longo prazo, no combate às situações que podem influenciar sobremaneira à insegurança e instabilidade nacional, podendo-se destacar (a corrupção, exclusão social, desigualdades sociais, regionalismo, xenofobia, abuso de poder, etc), mas, assegurando a fiscalização e responsabilização das situações anómalas que possam fracassar os objectivos pré definidos.
- Moçambique continue cooperar com os países da região e do mundo nos assuntos de segurança e defesa, a fim de dispor de capacidades para enfrentar o atual terror na zona norte do país, os catástrofes climáticos assim como todas outras ameaças externas imprevisíveis;
- Sejam incrementadas políticas educativas que possibilitam ao cidadão moçambicano refletir sobre a dinâmica do mundo globalizado sem prejuízo do espírito patriótico;
- A fortificação da unidade nacional, que passa necessariamente da coesão social o que implica a observância de distanciamento de actos que contrariem os preceitos aceite pela sociedade nesta matéria ou por outras palavras, a sociedade distanciar-se de actos que motivam as desigualdades e exclusão social, tidos como fundamento de conflitos nas sociedades.

Referências

Albuquerque, C., Piñon. C. P. & Cardoso, F., de, A. M. (2022). *Crime-Terror Continuum: A Convergência em Moçambique*. SCIELO Preprints.

Arnaldo, C.; Muanamoha, R. C (2014). *Dinâmica Demográfica e suas Implicações em Moçambique*. Maputo: CEPISA.

Cesar, F., A. Magumane, A. Muzime & S. Badrú, (2020). *Terra e recursos naturais em Moçambique - Uma análise à sobreposição de direitos do uso e aproveitamento da terra entre comunidades locais e empreendimentos económicos*. Maputo: Centro Terra Viva.

CESO CI Portugal (2011). *Manual do Empreendedor-Versão 2011- Moçambique*. AIP - FCE, Congressos e Eventos no âmbito do QREN - Projecto Conjunto SI Qualificação nº 16834.

Chichango, I. P. (2009). *A Geopolítica de Moçambique*. Instituto de Estudos Superiores Militares Curso de Estado-Maior Conjunto. Trabalho de Investigação individual, Lisboa-Portugal.

Chongo, A. N. & Chone, B.,F.,D. (n.d). *O terrorismo como um factor de ameaça à segurança na África Austral*. Acedido a 17 de Abril de 2024 em <https://caecplp.org>

Constituição da República e Moçambique. (2018). Escolar Editora. Editores e Livreiros, Lda. Maputo - Moçambique.

Correia M. (2023). *Moçambique, o multilinguismo e a educação bilingue*. Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. Acedido a 16 de Abril de 2024 em <https://Ciberduvidas.iscte-iul.pt>>

Cruz, T. M. D. & Silva (n.d). *Mocambique: um perfil*. Acedido a 17 de Fevereiro de 2024 em <https://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html#p1-5>

Darch, C. (2018). *Uma História de Sucesso que Correu Mal? O Conflito Moçambicano e o Processo de Paz numa Perspectiva Histórica*. Avenida Tomás Nduda 1313, Maputo, Mozambique. Acedido a 26 de Fevereiro de 2024 em <https://library.fes.de/bueros>

DFID - Department for international development. (2009, Setembro). *Relatório: Revisão de Literatura sobre os Determinantes da Vulnerabilidade e Tendências da Pobreza*. Australcow.

Dias, V. (2018). Recursos naturais em Moçambique: possíveis cenários e desafios. *Revista Moçambicana de Estudos Internacionais - RMEI*, Volume 01, nº 01.

DW (2021, 24 de Setembro). Ataque mostra que “junta militar” continua activo, diz Nhongo. Acedido a 21 de Abril de 2024 em <https://www.dw.com>ataque-mostra>

DW (2022, 26 de Fevereiro). Moçambique: Governo afirma ressurgimento da Junta militar. Acedido a 21 de Abril de 2024 em <https://www.dw.com>ministerio-da>

Embaixada de Moçambique (2011). *O livro na Rua*. Thesaurus Editora, Lago Sul Brasília-DF, Brasil CEP: 71630-275.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projectos de pesquisa*. 4.ed. São Paulo, SP: Atlas

Habibe, S., Salvador, F., & Pereira J. (2019). *Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique. O Caso de Mocímboa da Praia*. Cadernos IESE nº17. Acedido a 15 de Abril de 2024 em <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads>

Hugon, P. (2015). *Geopolítica de África*. 3.ed. nLisboa, L: Editora Escolar.

Instituto Nacional de Estatística (2019). *Censo 2017- IV Recenseamento Geral da População e habitação. Resultados definitivos*. Maputo-Moçambique.

José, H. (2021). *Moçambique: Governo preocupado com índice de analfabetismo*. Vatican News. Acedido a 31 de janeiro de 2024 em <https://www.vaticannews.va/pt/africa/news/2021->

Matiquite, P. C. S. (2019). *Ensino Superior e pesquisa Científica em Moçambique*. Cadernos de África contemporânea.

Melo, C. M., Gaudêncio Material Alves, G.M., & Martins, M. D. (2022). *Estado, Nação e Etnicidades em Moçambique*. Centro de Estudos Sobre África e Desenvolvimento- CESA CSG 186, ISEG- Universidade de Lisboa-Portugal. Acedido a 04 de Janeiro de 2024 em [https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/26272/1/WP_Estado%2C%](https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/26272/1/WP_Estado%2C%20Moçambique)

Moçambique. Lei nº 11/2019 de 12 de Setembro. Aprova o Acordo de Paz e Reconciliação Nacional. Maputo: Boletim da República de Moçambique, I Série - Número 178.

Paungartten, S. P. L. & Costa, N. O. da (2021). Segurança e Vulnerabilidade Hídrica em Moçambique - África. João Pessoa, JP: *Revista OKARA: Geografia em debate*, v.15, n.1, p. 70-81.

Pessuro, G. P. (2023). *Acções Terroristas e Violações de Direitos Humanos em Moçambique à Luz do Direito Internacional Humanitário*. Belo Horizonte: Sapere aude.

Portal Agência de Informação de Moçambique (2024, 19 de Março). IDH 2023: Moçambique avança nos principais indicadores, mas continua na cauda do ranking. Acedido a 17 de Abril de 2024 em [https:// aimnews.org](https://aimnews.org)>Março

Portal Agência de Informação de Moçambique (2024, 21 de Março). Ataques terroristas fazem mais de 1,4 milhões deslocados internos em cabo delegado. Acedido a 17 de Abril de 2024 em [https:// aimnews.org](https://aimnews.org)>

Portal do Governo de Moçambique. (2015, Junho). *Geografia de Moçambique*. Acedido a 08 de Janeiro de 2024 em

<https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/geogtrafia>

Portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2021).

Instituições de Ensino Superior. Acedido a 31 de Janeiro de 2024 em <https://www.mctes.gov.mz/instituicoes-de-ensino-superior/>

Portal edurank (2024, 29 de Fevereiro). Eduardo Mondlane University: Rankings. Acedido a 15 de Abril de 2024 em [https:// edurank.org/uni/Eduardo-mo](https://edurank.org/uni/Eduardo-mo)

República de Moçambique. Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. (2020). *Plano Estratégico da Educação 2020-2029. Por uma Educação Inclusiva, Patriótica e de Qualidade*. Maputo.

Rodrigues, A. de O. (2022). *O terrorismo ocorrido em Moçambique durante o século XXI*. Acedido a 17 de Abril de 2024 em [https:// www.ebrevistas.eb.mil.br](https://www.ebrevistas.eb.mil.br)>

RTP Notícias (2024, 18 de Março). Moçambique. Governo aponta menos de 100 mortos em ataques em 2023. Acedido a 17 de Abril de 2024 em [https:// www.rtp.pt](https://www.rtp.pt)>noticias>mundo

Sitoe, R. (2021). Terrorismo em Moçambique? Que Soluções de Políticas? Um olhar aos ataques de Mocímboa da Praia. *Revista Moçambicana de Estudos Internacionais – RMEI*.

Tracy, B. (2001[2004]). *Engula Sapos! Deixe de adiar as suas tarefas e faça mais em menos tempo*. Tradução e editoração portuguesas. Cascais: Editora Pergaminho.

Ulaia, R. D. (mai.2023). Saúde sexual das mulheres vítimas do terrorismo e de abuso sexual em Cabo Delgado. São Francisco do Conde, SFC: *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. pp. 463-480.

Vasco, D.J. (2022). Reinventar a Paz e Reconciliação Nacional em Moçambique. Tete-Maputo, T-M: *Revistas Editora Enterprising. Centro de Preservação e Divulgação de História*. Tete-Maputo. Acedido a 12 de Julho de 2023 em <https://revistas.editoraen>

Voa (2022, 26 de Fevereiro). Auto proclamada Junta Militar da RENAMO elege novo líder. Acedido a 21 de Abril de 2024 em <https://www.voaportugues.com>

Recebido em: 14/02/2026

Aceito em: 04/08/2026

Para citar este texto (ABNT): PAMPÃO, Neto Artur. Moçambique: uma visão sobre o contexto sociocultural, político e econômico no século XXI. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 1, p.13-35, jan./jun. 2026.

Para citar este texto (APA): Pampão, Neto Artur. (jan./jun.2026). Moçambique: uma visão sobre o contexto sociocultural, político e econômico no século XXI. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (1): 13-35.